



ALGUMAS REFLEXÕES E REVISÕES SOBRE O URBANO, A CIDADE E O COTIDIANO

SOME REFLECTIONS AND REVIEWS ON URBAN, CITY AND DAILY

ALGUNAS REFLEXIONES Y REVISIONES SOBRE LO URBANO, LA CIUDAD Y EL COTIDIANO

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega

Professor Adjunto da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

E-mail: nobregap84@gmail.com

RESUMO:

O artigo em tela tem como objetivo central discutir de forma teórica sobre a emergência do urbano como a face da organização produtiva do mundo atual, condição esta alcançada através do entendimento do espaço como parte integrante do processo de reprodução ampliada do capital. Como consequência, ao longo do processo histórico de transformação do modo de produção capitalista, foram elaboradas materialidades do fenômeno urbano que indicam tipologias de cidade (política, mercantil, industrial, pós-industrial). Como resultado do processo de transformação do capitalismo e da sociedade, percebe-se a construção do cotidiano como recurso de ampliação das relações sociais de produção capitalista, fazendo com que o cotidiano se tornasse reflexo de um programa de consumo, condicionando a vida cotidiana.

Palavras-chave: urbano; cidade; cotidiano; vida cotidiana.

ABSTRACT:

This paper aims to theoretically discuss the emergence of the urban as a productive organization face of the current world. This condition has been achieved through the understanding of the space as an integrant part of the expanding reproduction process of capital. As a result, across the historical process of the capitalist mode of production transformation, materialities of the urban phenomenon were created, which indicate typologies of cities (political, mercantile, industrial, post-industrial). As result of the transformation process of capitalism and society, the construction of daily is noticed as resource of enlargement of social relations of capitalist production, turning the daily life into a reflection of a consumption program that conditions this daily life.

Keywords: urban; city; daily; daily life.

RESUMEN:

El artículo tiene como objetivo central discutir de forma teórica sobre la emergencia de lo urbano como la cara de la organización productiva del mundo actual, condición esta alcanzada a través del entendimiento del espacio como parte integrante del proceso de reproducción ampliada del capital. Como consecuencia, a lo largo del proceso histórico de transformación del modo de producción capitalista, se elaboraron materialidades del fenómeno urbano que indican tipologías de ciudad (política, mercantil, industrial, postindustrial). Como resultado del proceso de transformación del capitalismo y de la sociedad, se percibe la construcción del cotidiano como recurso de ampliación de las relaciones sociales de producción capitalista, haciendo que el cotidiano se reflejara en un programa de consumo, condicionando la vida cotidiana.

Palabras clave: urbano; ciudad; cotidiano; vida cotidiana.

1 INTRODUÇÃO: DISCUTINDO A PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DAS RELAÇÕES SOCIAIS

O artigo em questão problematiza a discussão acerca da relação entre o urbano, a cidade e o cotidiano a partir de uma perspectiva teórica tomando como horizonte as discussões apresentadas por Henri Lefebvre. O objetivo central do mesmo é proporcionar debate de forma teórica sobre a emergência do urbano como a face da organização produtiva do mundo atual, condição esta alcançada através do entendimento do espaço como parte integrante do processo de reprodução ampliada do capital. O método é refletido no debate estabelecido sobre o urbano, o cotidiano, a cotidianidade e a vida cotidiana, estabelecendo um movimento dialético na construção das reflexões, apontando uma *démarche* regressiva-progressiva na compreensão do fenômeno geográfico cidade e sua implicação para entender as transformações na reprodução da vida e do capital.

O urbano aparece como horizonte no qual as ações relacionadas à reprodução da vida, no espaço e no tempo do capital, estão sendo pensadas; o urbano, no mundo moderno, em sua fase atual, aparece como o cenário de possibilidades em que a realização da vida se dá; como fenômeno apresenta um conteúdo que é evocado pela possibilidade de entender a concreticidade do mundo, que é maior e reflete muito mais do que a aparência formal, uma vez que preenchido de determinações de muitas ordens (indicando muito mais uma virtualidade do que um engessamento do presente), confunde-se com a sociedade de forma ampla, abrindo possibilidade de entender a emergência da sociedade urbana em via de realização, dialogando sempre na razão possível/impossível (LEFEBVRE, 2008).

O urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se, portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. [...] O conhecimento teórico pode deixar esse objeto virtual, objeto da ação, no abstrato? Não. De agora em diante, o urbano é um abstrato unicamente sob título de abstração científica, isto é, legítima. O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre as quais ele se funda: uma prática social em marcha, a prática urbana em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opõem (LEFEBVRE, 2008, p. 26).

O movimento de constituição do espaço é, sem lugar a dúvidas, um processo de produção e reprodução ampliada de relações sociais de diversas ordens, além de ser também um conjunto de



relações de produção/reprodução do capital. O entendimento sobre o processo amplo de reprodução (sociedade e capital) indica um percurso de constituição de uma prática social que se encaminhará, sob os códigos dos motores construtivos da sociedade moderna, para emergência de uma prática urbana, como apontou Lefebvre (2008).

A constatação da existência de uma sociedade urbana aparece como um ajuste para entender os processos de construção da humanidade do homem e da reprodução da vida, em sentido amplo. “Ao longo do processo histórico constituidor da humanidade, o espaço se encerra como uma das grandes produções humanas, superando a sua condição de continente” (CARLOS, 2015, p. 14).

(...) o espaço surge como localização das atividades do homem, de um grupo humano, para em seguida compreender que a atividade do homem, além de localizar-se, é capaz de organizar um espaço. Numa abordagem diferenciada, a partir dessa materialidade incontestável da produção do espaço, busca-se os seus conteúdos mais profundos, descobrindo os sujeitos e suas obras, através de sua produção em suas determinações gerais e específicas. A materialização do processo dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida (CARLOS, 2015, p. 15).

Pensar o urbano, a cidade e o cotidiano que emerge se apresenta como uma inevitabilidade do tempo presente que precisa ser entendido como um momento de organização histórica da vida em sociedade que dotará a própria sociedade de elementos capazes de pensar a vida para além do capital.

Historicamente, sobre o espaço incidia sempre uma polissemia que impossibilitava qualquer tentativa de construir reflexões que pudessem coincidir com um mesmo recorte (espaço sideral, espaço geométrico, etc.). A compreensão do espaço revelava uma ilusão, ou seja, o espaço era considerado uma interioridade que apontava para uma exterioridade, por isso fracionado e fracionante.

É preciso superar essa compreensão parcial de espaço. O espaço da modernidade se reduz e se amplia, em um movimento dialético, em que, como definiu Lefebvre (2006), faz-se perceber a existência de um espaço abstrato que tenta se impor como verdade, e, um espaço social (concreto) que revela o movimento e as trajetórias da vida.

Por isso, o espaço não pode ser entendido mais como aquele meio vazio que geralmente é interpretado como palco ou cenário passivo da realização da vida. Mais do que uma base material concreta, o espaço, junto com a sociedade e as coisas produzidas pelo trabalho social, pode ser trocado, consumido e desaparecer. O espaço entra nas relações de produção e compõe as forças

produtivas. Neste sentido, como produto e elemento constituinte da sua produção, o espaço se dialetiza, ou seja, entra como parte fundamental das relações econômicas e sociais.

Ao compreender o espaço como algo que pode ser vendido e/ou comprado, ou seja, a assunção de que o espaço tem em si valor de uso e valor de troca, abandona-se uma leitura formal e estática, o espaço se transforma. E o que move a transformação do espaço é o modo de produção que a sociedade opera. Sendo assim, o espaço é ao mesmo tempo efeito, causa e razão.

O espaço, resultado da construção social, torna-se uma síntese de processos complexos: descoberta-produção-criação, que tem como característica fundamental a simultaneidade, ou seja, o espaço não é isso ou aquilo, mas a reunião disso e daquilo compreendidos por um conjunto complexo de inter-relações que contêm abstrações e materialidades.

De um lado há um espaço mental; espaço de representação que tenta através de discursos ideológicos de várias ordens esconder as simplificações e reduções a que a vida está encarcerada; que se apresenta como um campo abstrato que cinde o trabalho e retira dele a possibilidade de criação da vida e o preenche de impossibilidades condenando à classe trabalhadora a uma morte em vida; um espaço que é capturado por abstrações e que forja, com a legitimação do Estado, um plano de reprodução da vida baseado em princípios que retiram a possibilidade de realização da vida coletiva e aprisiona a capacidade criadora do homem em uma espécie de *script* que o leva a uma homogeneização redutora e que sugere (impõe) um programa roteirizado para o cotidiano social que se materializa através de pilares postos através da cotidianidade. E de outro lado, o espaço social que surge como reflexo necessário do mundo vivido como realidade, como experiência completa, que tem determinações, mas que estas determinações precisam ser investigadas para revelar os sentidos da contradição posta por esses roteiros falsificados, disneyficados, que aprisionam a vida; o espaço social entendido como o campo do possível, que tenta superar os constrangimentos expostos revelando as verdadeiras intencionalidades escondidas nos roteiros programados, fazendo aparecer os conflitos de classe, os conflitos de gênero, de sexualidade, de idade, etc.

O que está em questão: a existência de um modo de produção, de forma cada vez mais nítida, que constitui relações de produção baseadas na necessidade de acumulação e na busca por lucro constante.

O espaço se apresenta como um produto que caminha desde o concebido até o vivido, mas é no vivido que se revela a possibilidade de compreensão da vida. Se a realização da vida é o que alimenta o processo de construção do espaço, somente através das centralidades construídas é que se enxerga o movimento do real, capturado na construção da vida cotidiana. Como síntese, o espaço



é uma inevitabilidade histórica e, por isso, resultado de um processo que traz consigo a emergência do espaço como produto, condição e meio da realização social.

A chave de compreensão para entender os processos desiguais do mundo moderno está na compreensão da produção do espaço a partir das relações sociais, o que faz emergir uma prática social, que mais tarde irá possibilitar a emergência de uma prática social urbana que marca o tempo presente.

Há uma coalizão de elementos concretos que impõem ritmo e densidade às questões espaciais, questões estas postas por um movimento de reprodução do capital que constrói materialidades como possibilidade de superar as crises impostas pelas contradições internas ao capitalismo como formação social, como apresentou Seabra (2003).

Carlos (2008, p. 36) chama atenção para o fato de que “a produção do espaço aparece como produção da existência humana”, por isso nos parece evidente que cada vez mais a construção desse mundo necessário para a reprodução da vida compreende as dimensões econômicas e os circuitos da produção (produção, circulação, troca, consumo), mas também como manifestação das condições sociais, dos conflitos postos, das superações, dos desejos e dos sonhos. A materialidade do mundo moderno é cada vez mais determinada pelos termos impostos pela sociedade do lucro, mas também compreende – ainda que seja nos resíduos destas relações, na periferia não capturada completamente, nas resistências – a solidariedade como uma dimensão possível da condição humana.

O mundo moderno impõe a subsistência do homem como um meio pela qual o capital se reproduz (CARLOS, 2008). Entretanto, essa subsistência, apesar de ser limitadora e deixar declarada a desigualdade que reside como condição de reprodução do capital, possibilita-nos pensar que todo o desenvolvimento social – ainda com todas as reduções, estrangimentos e estranhamentos – é apenas um reflexo daquilo que foi posto como meio necessário para garantir o funcionamento metabólico do capital como sistema e formação social. O urbano, forma mais desenvolvida da produção sócio-espacial, apresenta-se no centro dessa condição.

2 O URBANO E A CIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES E REVISÕES SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

O fenômeno cidade é anterior às organizações sociais, econômicas, políticas e culturais da Idade Moderna, mas a sociedade urbana e sua inevitabilidade histórica só aparecem com as transformações radicais possibilitadas pela Revolução Industrial. Se a prática social aparece como o

resultado da ação social, ela só ganha sentido quando se entendem as determinações a que estão subjugadas.

É fundamental considerar que a sociedade urbana emerge dos processos de Revolução Industrial que tem como base a transformação completa das relações no mundo agrícola que levam a uma substituição nos elementos que a constitui e o faz no seio das relações entre o rural e o urbano. Entretanto esse movimento não se faz sem conflitos e contradições.

Partiremos de uma hipótese: a urbanização completa da sociedade. [...] denominaremos “a sociedade urbana” a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real. [...] Com efeito, frequentemente se designa por essas palavras, “sociedade urbana”, qualquer cidade [...]. Numa extrema confusão, esquece-se ou se coloca entre parênteses as relações sociais (as relações de produção) das quais cada tipo urbano é solidário. Compara-se entre “sociedades urbanas” que nada têm de comparáveis (LEFEBVRE, 2008, p. 13).

Assumimos, com Lefebvre (2008), que a hipótese da urbanização completa que faz emergir a sociedade urbana tem em si um processo ainda necessário para se materializar, mas, mais que nunca, as transformações mundiais dão sinais cada vez mais fortes dessa urbanização total, que ainda nos aparece como um objeto virtual, mas repleto de determinações.

A industrialização teve um papel fundamental na emergência do modo de vida urbano. Na verdade, a industrialização e a crise urbana que ela carrega em si desde a sua gênese provoca as condições materiais necessárias para se abrir como cenário possível a discussão de uma urbanização completa da sociedade, em um esquema de produção de cidade que não se assemelha sob nenhum aspecto aquele anterior à Revolução Industrial, a sociedade muda completamente.

A mudança nos hábitos sociais, nas relações de trabalho, reprodução das famílias e nos esquemas ampliados de reprodução do capital levam a entender que as práticas sociais caminham para revelar práticas urbanas, o que nos faz entender a formação de uma sociedade urbana mundial. Não se tem com isso uma espécie de superação da contradição social, muito pelo contrário, mas revelam-se os caminhos pelos quais a produção da sociedade reforça as desigualdades e as aprofunda, ou seja, a sociedade urbana em desenvolvimento não pressupõe um estágio mais justo ou equilibrado da vida social, ela emerge como centro de diferenças e desigualdades, como lugar de confronto, como centro de disputas.

A prática urbana, como sendo a constituição das práticas sociais no âmbito da sociedade urbana em vias de realização, manifesta-se através de um conjunto de ações e questões sociais que entendem os sentidos da transformação do modo de produção capitalista e vasculha o interior da vida do homem comum como espaço e foco de alienação e de reprodução ampliada do capital.



Emergem assim as questões relativas ao cotidiano como possibilidade de entender a organização produtiva do mundo.

Os momentos de transformação das relações sociais em busca da materialização do fenômeno urbano permitem que coloquemos, segundo Lefebvre (2008), algumas balizas, no ponto zero, ou seja, no momento inicial o que há é a condição de natureza. Junto a essa condição de natureza é possível identificar as ações dos homens coletores (caçadores, pescadores, etc.) com as primeiras marcas no espaço. Estas ações primevas foram as responsáveis por desbravar o mundo, apreender os seus movimentos, nomear as coisas. As primeiras balizas e unidades de referência foram postas como tentativa de conhecer o mundo que se habitava. Deste cenário surgem as primeiras faces do que podemos denominar de cidade política. Esta cidade corresponde a uma organização sócio-espacial, que apesar da centralidade das relações de produção do campo, concentrava e articulava centros de comando, aproxima-se ao momento da gênese de um espaço burocrático e administrativo.

Enquanto as atividades de produção se desenvolviam de forma complexa no ambiente rural, a cidade política resistia como centro de administração e ordem, o que leva a realização de trocas e de encontros, em baixa frequência. Entretanto, ao longo dos séculos de formação e de centralidade do campo, das atividades agrícolas, a cidade política viu surgir cada vez mais forte como resultado das trocas de mercadoria como uma das relações possíveis do/no espaço da cidade.

A resistência da troca como uma possibilidade no espaço da cidade política gerou a criação de lugares específicos de troca, fora da cidade, assim, foram criadas praças de mercado e outras formas de organização completamente excluídas da cidade política. E como condição, as relações estabelecidas nestes lugares de troca são marcadas por forte heterotopia, não sendo possível identificar uma prática hegemônica.

Ao longo dos séculos de existência da cidade política, os comerciantes e os mercadores itinerantes se ocupavam das ruínas fortificadas das antigas cidades romanas e dali conseguiam manter os termos da luta contra os senhores territoriais. Esse processo visto desta perspectiva faz supor que as bases da cidade mercantil foram conquistadas com os descartes da cidade política: “a cidade política, renovada, teria servido de quadro à ação que iria transformá-la” (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

Como ajuste temporal histórico, Lefebvre (2008) lembra que é apenas no final da Idade Média que a mercadoria e o mercado entram de vez na cidade, principalmente através do ocidente europeu. Uma vez invadida a cidade política, progressivamente, o mercado foi ganhando centralidade, a Ágora foi tomada e o encontro deixa de ser aquele político e começa a ter finalidades

comerciais. Ao redor destes lugares de comércio e troca de mercadoria, foram sendo materializadas novas formas que ao longo do tempo foram constituindo novos lugares de encontro e de reunião (inclusive reunião de poder), a arquitetura da cidade se transforma, principalmente com a chegada da igreja e da prefeitura, ou seja, ao lado do encontro pelas trocas foram sendo construídas as sedes do encontro pela fé e pelas normas de gestão e controle da população. A cidade política sofre uma transfiguração das suas formas, percebe-se mudanças nas funções das antigas formas que permanecem e as estruturas são construídas para o funcionamento cada vez mais efetivo do espaço urbano, surge a cidade mercantil como toda a sua potência.

A cidade mercantil traz consigo uma nova concepção de cidade, o espaço urbano ganha *status* de lugar de trocas comerciais, de encontro de pessoas, ideias, costumes, códigos. A mercadoria, a grande articuladora desta nova reunião, surge soberana, a liberdade conquistada pela burguesia em ascensão cria laços de determinação com um fetichismo emergente, começa-se a introduzir uma linguagem de consumo.

É a partir do poder de concentração das atividades comerciais e de troca, em sentido amplo, que a cidade comercial assume um tamanho gigantesco na construção de relações materiais. A cidade assume uma densidade nunca vista na história da humanidade. Obviamente até a construção de uma cidade comercial densa as relações entre o campo e a cidade marcavam uma nítida primazia do campo. Mesmo com a linguagem e os valores impostos pela lógica da mercadoria, a cidade ainda se apresentava como um código heterotópico, reunião de muitos, mas sem um projeto. Lefebvre (2008, p. 21) aponta que em toda relação histórica, até o momento de ascensão da cidade mercantil, há a primazia do campo em relação “à riqueza imobiliária, aos produtos do solo, às pessoas estabelecidas territorialmente (possuidores de feudos ou de títulos nobiliários)”.

As cidades eram protegidas por muralhas, segregadas da organização do campo, ilhadas em zonas, áreas de reunião de pessoas e do mercado. Do seio dessa heterotopia surge, cada vez mais, uma densidade de organização da vida que se pensarmos em uma balança relacional, a cidade mercantil ganha peso e volume e transcende o campo. A inversão da cidade como lugar privilegiado das relações sociais em detrimento ao campo impõe também uma inversão da heterotopia. Neste contexto, a cidade resolve o paradoxo com o campo, o campo agora é a zona de heterotopia, o urbano deixa de ser uma ilha cercada de campo.

A cidade surge com uma racionalidade associada à razão. Como consequência, em âmbito intelectual, o método científico emerge como princípio que organiza a vida coletiva. No cenário prático e teórico a cidade se apresenta como criadora de discurso e de logos, ou seja, é imposta à



sociedade uma racionalidade. A cidade cresce e se assume como centro de referência de organização da vida, concentra pessoas, mercadorias, decisões, conhecimento, cultura.

A cidade também compreende a dimensão da política, ela se torna o lugar das materializações do poder, das leis e das diretrizes. A cidade começa a ser vista para além da sua imediatividade.

As múltiplas representações associadas a esta nova compreensão de cidade inaugura a centralidade da cidade e do fenômeno urbano como mediação das relações de produção e de troca. O capital comercial, cada vez mais, materializa-se na produção da cidade, o capital fixo produz estruturas e meios de circulação e os núcleos urbanos se tornam cada vez maiores e mais expressivos. Esse movimento aumenta a concentração e a propriedade privada, a cidade se complexifica e revela vários momentos da contradição inerente à luta de classes, o que revela diversidade e desigualdade, simultaneamente. A cidade comercial já revela elementos daquilo que vai se caracterizar como marca da cidade industrial, ou seja, a grande concentração de renda, a desigualdade e as relações de troca mais importantes que as relações de uso.

É importante destacar, entretanto, que a cidade industrial que se materializará como resultado do capital industrial vai criar relações inéditas e ainda mais perversas em relação aos processos sociais. Lefebvre (2008) afirma que a indústria não produz cidade, senão a não-cidade. A indústria se localiza, inicialmente, à margem das cidades e próxima às fontes de energia, de matérias-primas e das reservas de mão-de-obra.

Faz-se importante destacar que as transformações da forma cidade não se dão de maneira intempestiva. Assim como a cidade mercantil começou a ser desenvolvida nos espaços abandonados pela cidade política, a cidade industrial vai surgir na periferia da cidade mercantil e da cidade política. A indústria nasce com os signos da modernidade e da organização capitalista da sociedade, sendo assim, a anticidade que ela produz só se aproxima da cidade com interesses na diminuição de custos e das condições diferenciais de produção e de difusão em consequência da proximidade com os centros urbanos.

A aproximação da empresa industrial à cidade mercantil não se faz sem resistências das classes dominantes, as implicações dessa aproximação resultam na ruptura com o tamanho, altera a densidade e modifica a textura, rompe-se um estilo: a arquitetura passa por uma profunda transformação, quer seja com a inauguração de uma arquitetura industrial, quer seja com a forma de se construir os lugares da cidade. O sentido do habitar muda e se transforma em habitat, os lugares da vida mudam de racionalidade, a vida se comprime em espaços cada vez menores e a cidade entra no limite da sua capacidade de organização. A atração de produtos, serviços, comércio e pessoas

são geometricamente aceleradas e a cidade rompe com os seus padrões anteriores, ela implode, e essa implosão muda a dinâmica interna das cidades e dos lugares da cidade, coincidindo com um processo de explosão das estruturas gerando a projeção de fragmentos da cidade implodida, criando periferias, zonas fragmentadas, mudando a centralidade e impondo novas centralidades (implosão-explosão).

É preciso olhar esses processos de transformação com cuidado e de forma não naturalizada. A aproximação da indústria aos núcleos urbanos pré-existentes não é natural, muito menos os processos consequentes dessa aproximação, é importante não cair em falácias relacionadas aos continuísmos e ao evolucionismo (LEFEBVRE, 2008).

As transformações da cidade mercantil impostas à cidade política foram de grande calado, transformando intencionalidades, quebrando tendências e invertendo a lógica da concentração da produção e os códigos da materialidade das cidades. A cidade política perdeu os muros com a emergência da cidade mercantil, perdeu a dimensão de ilha e se tornou mar, implementou a primazia do urbano frente ao rural e o alocou como meio de subsistência para se garantir a vida orgânica no urbano.

Enquanto a cidade mercantil guardava uma condição orgânica de organização da vida, a cidade industrial impõe a dinâmica do artificial, do inorgânico, dos grandes maquinários, a esteira da produção. A cidade industrial se transforma na mesma velocidade que o novo momento do capital e se converte em signo de consumo, e como tal traz em si a inevitabilidade da troca, da circulação e da produção.

O processo de implosão-explosão da cidade, patrocinado pela transformação avassaladora da incorporação da atividade industrial vem acompanhado, no percurso histórico, de uma concentração urbana gigantesca que se justifica pelo fenômeno do êxodo rural. Deflagra-se uma subordinação do agrário ao urbano, do agrário ao industrial.

O código que move o mundo é aquele impresso pelo ritmo da fábrica, o que provoca a extensão do tecido urbano e a concentração de população nas grandes cidades, e o fenômeno da urbanização assume o sentido da organização social, dos produtos, dos objetos, das informações. Nota-se também que a formação das ideias, do conhecimento e da ciência ganham uma projeção muito maior com o apoio da cidade e de suas estruturas complexas de concentração de capital e dos capitalistas. Instaura-se um turbilhão de processos de várias dimensões que antecipam e anunciam uma zona crítica, nos termos de Lefebvre (2008).

A zona crítica parece anunciar os movimentos, as relações que envolvem o universo do devir; a zona crítica aparece como uma indefinição, aponta para pensar uma organização social pós-



industrial, mas sob quais termos? Lefebvre (2008) aponta para o fenômeno da urbanização completa como uma possibilidade de construção de novas relações urbanas. Entretanto, essa fase que se anuncia não está carregada de uma inevitabilidade universalizante, porque cada sociedade encontra a urbanização completa através de seus códigos particulares, mas, ao mesmo tempo que cada contexto se apresenta particularizado, tem-se que o fenômeno urbano atinge uma escala universal. Está posta a dimensão da contradição. Enquanto fenômeno universal, o urbano só se define através das determinações locais, o que vai dotá-lo de sentido e indicá-lo como revelador de práticas sociais.

O urbano aparece como o possível que se anuncia na virtualidade, mas ele não está posto, precisa ser construído, precisa que rompa as barreiras do impossível e que se consolide através das práticas sociais urbanas. É preciso perceber a dimensão da explosão da cidade antiga e construir reflexões que apontem para as trajetórias desses fragmentos da cidade, exigindo um esforço por buscar os sentidos das formas, das funções e da estrutura desse novo urbano materializado como realidade social. O urbano revela, sob novos parâmetros, o sentido social do trabalho produtivo e o conflito direto com a apropriação privada dos meios de produção, gerando descompassos significativos no processo de reprodução das relações sociais e do capital, em sentido amplo.

O urbano se impõe como um fenômeno daqui e de alhures, simultaneamente, ou seja, ele se coloca como questão central do mundo, através da sua inevitabilidade planetária, mas essa inevitabilidade se materializa no plano do lugar, mais do que isso, enquanto fenômeno mundial, ele também não pode perder as suas vinculações com o processo histórico.

Se o urbano está aqui e acolá, se ele se dá no próximo e no distante e se ele revela isotopias e heterotopias, só pode existir como reunião, pois tem a capacidade de reunir tudo e a todos, esta reunião é realizada através da prática urbana. Considera-se que para captar o seu movimento é fundamental que se supere as ilusões da subjetividade - representação das ideologias - e da objetividade - causalidade, determinações parciais -, a fim de revelar os sentidos do habitar, do agir transformando, da realização da vida como trabalho, não o trabalho cindido da indústria, mas o trabalho emancipador, aquele que ajuda a preencher de sentido e de conteúdo as formas existentes (LEFEBVRE, 2008).

Entretanto, a reunião do urbano não é, nem poderia ser, harmoniosa, ela é contraditória, permite diacronias e sincronias, de todas as ordens, inclusive, revela os conflitos de classe. Ao mesmo tempo que o urbano é o lugar do conflito, é também o lugar do desejo e acontece como uma realidade material e conflituosa. Abriga, nos termos de Lefebvre (2008), Eros e Logos, razão e

emoção. O urbano aparece como uma pedagogia e, diferente das relações pedagógicas habituais, concentra a autoridade do saber adquirido.

3 O COTIDIANO COMO PONTO DE PARTIDA: COTIDIANIDADE E VIDA COTIDIANA

Cotidiano, talvez uma invenção moderna, talvez uma invenção urbana, sem dúvidas uma inevitabilidade da organização social imposta pelo espaço e pelo tempo do capital, não se realiza ou se verifica na reflexão, só é possível de ser entendido através da experiência vivida. Ainda que não negue a possibilidade da reflexão, ele se apresenta como o par contrário do trabalho filosófico. Se o cotidiano não se apresenta como possibilidade do pensamento, longe de ser um recurso heurístico, ele também guarda em si, contraditoriamente, a possibilidade de descobrir coisas, de desvendar ações, de registrar movimentos, trajetórias, tendências, fluxo, movimento. Como agenda, como compromisso, como inevitabilidade da vida moderna, o cotidiano se apresenta como uma sucessão de acontecimentos.

O cotidiano, acontecimento em movimento, como resultado, em última estância, da banalidade e banalização da vida no urbano materializada pelo ritmo da cidade, apresenta-se como uma imagem, uma representação da cidade. A cidade e a vida na cidade se misturam, repetem-se os signos, os jeitos, os roteiros, as tramas, mas nem tudo é exatamente igual, nem para todos, nem para um em particular. Observa-se, sem lugar a dúvidas, um ritmo, um roteiro, uma agenda, um programa. Entretanto, se há programa, quem programou? Quem criou os códigos e os papéis? Qual o limite entre as faculdades possíveis e as faculdades utilizadas, o cotidiano afoga, impermeabiliza, condensa, homogeneiza.

O cotidiano imprime programa e guarda ao mesmo tempo possibilidades. O cotidiano se apresenta como um lugar reflexo que apresenta os signos do moderno. Cotidiano e moderno se confundem, entrelaçam suas condições, suas representações. Entretanto, o cotidiano só se faz sentir em contraposição ao não-cotidiano, ao que rompe o programa, rasga o texto e se realiza como um dia anormal dentro da normalidade imposta.

Cotidiano e moderno se identificam, o primeiro construído através da insignificância, da banalidade, como movimento impensado e desarticulado de uma reflexão filosófica, como o reino do vivido, o segundo se realiza como representação, como sentido, como ideia organizadora, como princípio de ação pelo qual a sociedade se revela, como unidade do movimento de determinação da vida, da prática banal e banalizada, naturalizada e esvaziada de sentido que ao mesmo tempo que se



perde aos referenciais do homem comum, justifica-se, contraditoriamente, como condição da sua existência, como parâmetro ideológico que o constitui.

Ao tratar do cotidiano, necessariamente ajustamos o pensamento para tratar da cotidianidade, sem que essa cotidianidade seja reflexo ou trate necessariamente do cotidiano. A cotidianidade existe no âmbito da racionalidade, assim como tal, ela revela o movimento racionalizado do cotidiano e sobre o cotidiano. Se o cotidiano está para o moderno, a cotidianidade está para modernidade (LEFEBVRE, 1991).

A cotidianidade e o cotidiano não se auto definem, a cotidianidade emerge de um posicionamento filosófico que olha e classifica aquilo que não é filosofia. A cotidianidade não é, não emerge e não reflete o cotidiano, ela é o esforço do pensamento filosófico para entender o movimento do cotidiano. Por isso, a apreensão da cotidianidade não se dá como uma faculdade do homem cotidiano, ela só se instaura e realiza como produto do raciocínio filosófico, do pensamento que enxerga o mundo concreto de cima e de longe, que não se envolve nas suas determinações e não se realiza através da vida cotidiana, ou seja, a cotidianidade não é uma faculdade inerente ao homem, ela só seria possível de ser uma categoria de reflexão humana, se, e somente se, houvesse a possibilidade de uma vida fora da vida concreta.

O movimento entre o cotidiano e o moderno, entre a cotidianidade e a modernidade faz emergir a potencialidade da vida cotidiana, mas ela só aparece como um ato importante para a reflexão quando entendemos o papel central que ela tem para revelar e desvelar os sentidos da sociedade em que vivemos.

A vida cotidiana revela os sentidos da reprodução da vida social, em sentido amplo. A sociedade e suas práticas, o urbano e sua condição de urbanidade revelam-se através da observação do comum, do corriqueiro, por isso toda novidade do mundo se encontra diluída na ação banal. A repetição automática dos gestos, das formas, dos entendimentos sobre o mundo é o reflexo de um processo anterior que revela o caráter revolucionário do banal.

Não à toa que a compreensão da segunda natureza ajuda a entender o distanciamento entre a essência do natural e aquilo que é assumido como naturalidade a partir da transformação da condição de natureza. A tendência à naturalização e à banalização das produções humanas revelam uma forma natureza da sociedade que faz supor que os novos estágios de desenvolvimento ocultam o estágio anterior. A natureza, os códigos primitivos, o mais antigo, o atrasado fica subsumido do processo em relação ao novo. O rural se torna subsumido no urbano. As normas, os códigos, os avanços do processo civilizador ficam subsumidos no estágio atual do desenvolvimento, criando novos pontos de partida social, novas zonas críticas para reflexão, legando o trabalho antigo, o

trabalho morto à condição de novo ponto de partida, de nova condição de natureza, ou seja, as novas banalidades estão naturalizadas no cotidiano, na vida cotidiana.

Por definição, a vida cotidiana é a vida de todos os homens e do homem todo; do homem inteiro, como indica Heller (2008). Nem eu, nem você, nem nenhum ser que vive consegue evadir à condição de ser que se realiza através de um cotidiano. A vida cotidiana, campo da possibilidade, acontece como uma inevitabilidade. Todos moramos, todos nos movemos pelo espaço, vestimo-nos, encontramos pessoas, comemos e nos comunicamos, essa trivialidade do ato operacional de viver nos demanda reações biológicas, sociais e psicológicas. A vida cotidiana nos absorve completamente, mas essa absorção jamais revela a intensidade e a exclusividade de nossas funções.

A vida cotidiana abriga uma amplitude de escolhas e alternativas, ela está preenchida de possibilidade, ela contém em si uma coparticipação e uma coexistência de particularidades e generalidades, e se apresenta como um híbrido construído entre as questões de ordem do indivíduo e da sociedade. Concordamos com Lefebvre (1991), quando constata que a vida cotidiana, como expressão de uma forma de ser no tempo e no espaço, marca o sentido universal e assume uma fonte riquíssima de possibilidades.

A vida cotidiana é, em si, uma complexidade de elementos, revela muito mais do que o passo necessário para sobreviver, ela revela os sentidos da sobrevivência, anuncia e pressupõe os sentidos do espaço do consumo e do consumo do espaço.

O mundo moderno, que é o mundo do cotidiano, só se apresenta através da sua condição de modernidade, que é o outro da cotidianidade, e ao entender o movimento da cotidianidade, percebemos que ela foi capturada pelas lógicas de (re)produção do capital. Os movimentos do cotidiano do mundo exibem, sistematicamente, práticas sociais que refletem uma ordem alienadora, o mundo da mercadoria se impõe ao mundo social, rompe-se um estilo, quebra-se os referenciais, a obra humana é substituída pelo produto, o trabalho é esfacelado, cada parte do trabalho segue um padrão industrial, assume um lugar na esteira da fábrica.

As relações de produção do chão de fábrica tornam-se relações sociais de produção e a lógica produtiva invade o mundo através do consumo de massa, proporcionado pela indústria de massa. Acentua-se a divisão social do trabalho, ampliam-se as classes sociais, as inserções ao mundo se dão através do passaporte da mercadoria, muda-se completamente o sentido da vida cotidiana, muda-se o programa coletivo. A subjetividade é capturada junto com as práticas sócio-espaciais e as relações sociais de produção se espalham como racionalidade para a sociedade burocrática de consumo dirigido, não mais a fábrica assume uma racionalidade de produção, mas as



cidades, lugar de realização e de encontro dos operários e dos comerciantes, são produzidas à imagem e semelhança do capital industrial e das fases que o sucedem.

As dimensões da vida cotidiana são múltiplas, a cidade e a vida se tornam caleidoscópicas, tudo se transforma tão rápido e tão constantemente que os referenciais são perdidos, a forma é esvaziada de conteúdo, as funções se transformam. Qual a vida cotidiana possível? Com toda certeza não mais aquela do morar, do existir, do sentir... não se mora mais, habita-se, não como poesia, mas como reprodutibilidade técnica, como adequação a uma necessidade básica. As pessoas, as famílias, principalmente na cidade moderna, não mais vivem a casa como célula de reprodução criativa da vida, ela, a casa, agora é alojamento. Longe do local de trabalho, vendida por m², empilhadas em 30 ou 40 andares. Estamos diante de um dos fenômenos da alienação, que é muito mais abrangente, mas que neste caso aliena a forma de viver, talvez uma das mais graves alienações da contemporaneidade. Ao analisar a história da habitação no Brasil é possível perceber que a trajetória da alienação do morar tem um percurso e para as classes mais baixas está associada ao processo de urbanização periférica proposta pela COHAB, ou, em escala mundial, às conferências da ONU para pensar o habitat.

A alienação se configura como o germe da crítica da vida cotidiana, como um processo primeiro de busca por nexos, sentidos e densidades. No ventre da alienação é possível recuperar as diferenciações sociais, as lutas de classe, o sentido dado e a posição ocupada em relação à estrutura social. Os estranhamentos e o mal-estar se desenvolvem com base na constituição de diferenciações de seres humanos não apenas localizadas no somatório dos vencimentos mensais, mas no regime que instaura esses vencimentos, na natureza da venda da força de trabalho. A vida cotidiana dos burgueses, dos assalariados e dos que vendem a força de trabalho material e/ou imaterial não coincidem. As inserções no mundo moderno se dão por chaves diferenciadas, as portas dos lugares da/na cidade não se abrem de forma igual, algumas não se abrem.

4 CONCLUSÕES

A sociedade do consumo, abreviação da sociedade burocrática de consumo dirigido, é constituída como um processo inevitável relacionado ao movimento de industrialização e urbanização das sociedades. Neste momento, concordam Lefebvre (1991) e Agnes Heller (2008) que a alienação aprofunda e transforma o horizonte imposto à realização da vida cotidiana. As várias imagens da sociedade, privilegiadamente do urbano, mudam a perspectiva de apropriação e de interação com o espaço de realização da vida, as fronteiras se transformam e os códigos sociais

passam por uma revolução. A prática social, cada vez mais convertida em uma prática industrial e que se tornará uma prática urbana, encontra a sua dispersão e recuperação em um projeto de sociedade urbana. Institui-se tempo e norma para a organização da vida, o tempo do relógio se agudiza, disciplina e encarcera, e o tempo do ócio, como possibilidade de se realizar como o não-cotidiano, como o tempo da pausa, começa a ser negociado com a emergência da obrigatoriedade das férias. O cotidiano alienador e massacrante exige que se negocie formas de financiar o lazer, para dele escapar e a ele retornar.

A cidade explodida e implodida transfere sua condição perplexa para a vida cotidiana, que começa a ser vivida e apreendida por fragmentos, única possibilidade de viver a cidade e sobreviver ao tempo.

A vida cotidiana, em seus vários fragmentos e fractais, apresenta-se em um duplo movimento, ou uma dupla condição, que caracteriza um lugar social: de um lado, aparece como um resíduo que se pode identificar a partir de todas as atividades determinadas e parcelares que se pode abstrair e considerar com base na prática social, e de outro lado, como um produto, como o resultado da produção social. É contraditoriamente o lugar do equilíbrio e lugar onde se realiza o desequilíbrio (LEFEBVRE, 1991). Nesta cidade caleidoscópica de múltiplas imagens e texturas, as imagens se transformam, são feitas e refeitas, mas os olhares permanecem.

A vida cotidiana acontece num lugar e este lugar é um cotidiano compartilhado entre muitas realidades: a do trabalhador, a dos agentes econômicos, a dos produtores imobiliários, a da classe média, a dos abastados e a de uma parcela de indivíduos subalternizados – pobres, mulheres, velhos, etc. Cada um destes e tantos outros vivem o cotidiano da cidade (o lugar) sob suas particularidades, cada um, enquanto grupo e enquanto sujeitos sociais, revela os seus dramas e os seus conflitos, os constrangimentos e as impossibilidades.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.



NÓBREGA, P. R. da C. Reflexões teóricas sobre o cotidiano e a geografia no envelhecimento humano. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre, v. 20, n. 3, 2015, pp. 835-881

NÓBREGA, P. R. da C. Envelhecimento, cotidiano e geografia: algumas reflexões. **Journal of Management and Primary Health Care**, v. 4, n. 2, 2013. pp. 136-142.

SEABRA, O. C. L. **Urbanização e Fragmentação**: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. São Paulo: FFLCH/DG, 2003. (Tese de Livre Docência).

Recebido em 28 de julho de 2017
Aprovado em 13 de outubro de 2017